TRT 15ª REGIÃO

COMITÊ GESTOR LOCAL
DE GESTÃO DE PESSOAS

ATA DE REUNIÃO

Reunião Ordinária do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

DATA	LOCAL	HORÁRIO
25 de julho de 2022	*Google Meet* - Videoconferência	início às 10h30

Pauta da Reunião

- Ata de Correição - Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo
- Ata de Correição - Vara do Trabalho de Atibaia
- Proad 4095/2016 - Divisão de Execução de Araraquara
- Proad 22432/2019 - Ciência do despacho da Exma. Desembargadora Corregedora Regional
- Demandas da Oficina Pensando Gestão de Pessoas
- Demandas da Oficina da Participação Feminina
- Assuntos Gerais

Participantes	- Desembargadora Luciane Storel; - Desembargadora Eleonora Bordini Coca; - Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes - Juíza Ana Cláudia Torres Vianna; - Lara de Paula Jorge; - Merval Elias Medeiros Braga; - Univer Cristiano Nogueira da Silva; - Paula Toniatti; - Lara de Paula Jorge - Iara Cristina Gomes; - Carlos Eduardo Buzan Larica - Ivan Bagini
Convidado	- Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional

Ausente, em férias, a Exma. Juíza Márcia Cristina Sampaio Mendes.

Secretariou a reunião a Servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.

ATA DE REUNIÃO

A Exma. Desembargadora Luciane Storel, Coordenadora do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, cumprimentou a todos e deu início à reunião, começando pelos assuntos que envolvem a Corregedoria Regional, representada pelo Secretário Vlademir Nei Suato.

Concedida a palavra ao Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato apresentou considerações sobre as dificuldades em relação à distribuição da força de trabalho dos Oficiais de Justiça. Explicou que tem participado de reuniões com a Secretaria de Gestão de Pessoas para tratarem da reestruturação dessa força de trabalho, na perspectiva de se criar centrais unificadas vinculadas à Divisão de Execução.

Paula Toniatti destacou a insuficiência de Oficiais para atender todo o Tribunal de forma equânime e explicou sobre o projeto da equalização dessa força de trabalho .

O Secretário Vlademir acrescentou que a nomeação de servidor para a função de oficial de justiça *ad hoc* está desfalcando as Varas do Trabalho e apresentou considerações e esclarecimentos sobre o projeto que está em desenvolvimento, destacando que tudo está sendo conversado com a participação da ASSOJAF.

Em complemento, Paula Toniatti apresentou esclarecimentos sobre a questão orçamentária, que também está em análise, por envolver eventuais pagamentos por deslocamentos fora da jurisdição dos Oficiais de Justiça. Ressaltou que o resultado dessa ação vai repercutir na prestação jurisdicional e também na melhora da qualidade de vida dos oficiais.

Após considerações do Exmo. Desembargador Renan e da Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna, Vlademir Nei Suato apresentou esclarecimentos sobre as indicações e nomeações para o cargo de Chefe de Divisão CJ-01.

Na sequência, a Exma. Desembargadora Luciane Storel fez algumas ponderações, destacando como positivo o fato de que o projeto está sendo discutido com as partes envolvidas e com a participação das Associações. Ressaltou que o Comitê de Gestão de Pessoas tem investido para que as soluções sejam construídas com os personagens interessados, enaltecendo o trabalho que a Corregedoria tem feito nesse sentido. Indicou que o Comitê deliberou a respeito da criação do banco de interesses e especialidades e que seria o momento de ativar esse banco, formatado com a ajuda do Isaias, da Escola Judicial.

O Comitê aprovou a sugestão da Exma. Desembargadora Luciane Storel de utilização desse formato de banco de interesses e especialidades para a construção desse projeto.

Na sequência, a Exma. Desembargadora Luciane Storel relembrou que foi uma recomendação do Comitê de que não sejam designados oficiais para esse CJ, para que os oficiais continuem trabalhando nas funções para as quais prestaram concurso. Sobre a questão do zoneamento, destacou que seria importante que todos participassem para a construção nesse sentido. Por fim, ponderou sobre a questão da indenização e ressarcimento, com uma demanda antiga tratada no Grupo de Trabalho dos Oficiais de Justiça, que é o valor do km. Indagou se não seria possível melhorar essa questão do valor do km rodado, reclamação antiga dos Oficiais de Justiça.

O Comitê aprovou a sugestão da Exma. Desembargadora Luciane Storel de que o assunto para melhoria do valor do km seja colocado na pauta dessas reuniões que tratam da indenização e ressarcimento do transporte dos Oficiais de Justiça para diligências externas.

Prestados os devidos esclarecimentos, foram colocados em deliberação os assuntos pautados.

1. Ata de Correição - Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo

Paula Toniatti apresentou um breve panorama sobre a ata de Correição da Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo e esclareceu que a recomendação do Comitê foi pela indicação, pela unidade, de oficial de justiça *ad hoc.* Informou que, embora contasse com excedente de um servidor, não houve manifestação de interesse da unidade pela indicação de *ad hoc.*

Os participantes se declararam cientes e decidiram que não há recomendação a ser feita pelo Comitê de Gestão de Pessoas a respeito, uma vez que a situação local foi resolvida pela própria gestão da unidade.

2. Ata de Correição - Vara do Trabalho de Atibaia

A Secretária de Gestão de Pessoas esclareceu sobre a situação dos Oficiais de Justiça da Vara do Trabalho de Atibaia, que conta com apenas um oficial que está em licença há um longo período. Informou a convocação de candidato para o cargo de Oficial de Justiça para a Vara do Trabalho de Atibaia.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel afirmou que não há deliberação do Comitê, uma vez que a situação foi resolvida pela nomeação de um novo servidor, o que foi aprovado pelos respectivos membros.

3. Proad 4095/2016 - Divisão de Execução de Araraquara

Após esclarecimentos, o Comitê aprovou que a situação foi absorvida por esse novo projeto de distribuição da força de trabalho com a submissão das Divisões às Centrais de Mandados, não havendo deliberações, uma vez que a situação local também se encontra resolvida.

4. Proad 22432/2019 - Ciência do despacho da Exma. Desembargadora Corregedora Regional

O Comitê se declarou ciente do despacho da Exma. Desembargadora Corregedora Regional no Proad 22432/2019, que apontou que, por ora, não há melhorias a serem feitas nos relatórios dos Oficiais de Justiça.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel agradeceu a participação do Secretário Vlademir, que foi dispensado da reunião.

Na sequência, o Comitê prosseguiu com os demais assuntos pautados.

5. Demandas da Oficina Pensando Gestão de Pessoas

A Exma. Dra. Luciane Storel pontuou que as deliberações da Oficina do dia 9 de maio já foram deliberadas pelo Comitê e encaminhadas recomendações à Administração (PROAD 12315/2022).

Na sequência, foram apreciadas as seguintes conclusões da ata da Oficina realizada em 20 de junho no Fórum Trabalhista de Bauru:

- importância de se continuar debatendo o assunto das metas, sublinhando a questão da composição das metas na fase de conhecimento, que tem deixado a execução em segundo plano;

A Exma. Desembargadora Luciane Storel esclareceu que esse assunto já foi deliberado anteriormente.

- sugestão de o Juiz Substituto além de ter seu próprio assistente ter um Secretário de Audiência, lotado em uma VT de pequeno porte, ou seja, auxílio de Varas de menor porte para as audiências;

A Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna ponderou que essas propostas restam prejudicadas em razão da reestruturação da Resolução CSJT nº 296.
Após ponderações, considerando as informações apresentadas pela Secretária de Gestão de Pessoas em relação aos estudos da Resolução CSJT nº 296, o Comitê aprovou a sugestão da Exma. Desembargadora Luciane Storel a fim de que se aguarde a reestruturação organizacional e de pessoal a ser implementada em cumprimento à Resolução CSJT nº 296, assim como a distribuição dos comissionamentos CJ-01 para análise dessa demanda.

- maior automação do PJe, a exemplo do próprio sistema fazer o vencimento de prazo e despachos ordinatórios. Havendo identificação do trânsito em julgado da sentença de liquidação, o próprio sistema já identificaria e faria a citação do executado, no caso do exemplo citado pela Viviana;

Após ponderações, o Comitê aprovou a proposta de que o servidor Sisenando seja convidado a participar da próxima reunião para que ele possa fazer uma apresentação compartilhada sobre o que são as extensões do PJe , para um conhecimento mais amplo pelo Comitê.

- sugestão para a Escola Judicial continuar disponibilizando capacitações sobre o Tema "Inteligência Emocional".

A Assessora da Escola Judicial, Lara de Paula Jorge, fez breves esclarecimentos sobre o Laboratório de Gestão de Bem Estar, a adesão e a carga horária das atividades, sugerindo fazer recomendação do Comitê para dar visibilidade, para angariar mais adeptos para a ação.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel ponderou que o Comitê não tem ingerência sobre a definição da carga horária.

Após esclarecimentos, o Comitê recomendou a divisão dos módulos por circunscrição e, quando modelada a capacitação, divulgar por e-mail como um incentivo, que vem ao encontro da campanha Gestão com Saúde.

6. Demandas da Oficina da Participação Feminina

A Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca fez um breve relato dos assuntos tratados na Oficina realizada dia 13 de junho, cujo tema foi "sororidade" e apresentou as conclusões dos trabalhos:
1. norma interna do Tribunal que não inclui atendimento pelo Setor de Saúde para terceirizados e terceirizadas. Ponderou se seria possível essa norma interna ser revista;

2. divulgar mais a ideia da sororidade, com minutos de consciência;
3. realização de rodas de letramento com a ajuda da EJud e do Grupo de Estudos da Diversidade, para debater temas sociais que são importantes;
4. espaço kids;
5. demandas próprias das terceirizadas que participaram em grande número; questões práticas para um ambiente de trabalho mais acolhedor, como acesso a água para lavar sacadas no Fórum Trabalhista de Jundiaí, campainha no portão do prédio, acolhimento psicológico, ausência de sala de descanso para intervalo de refeição.

Os membros do Comitê, após debates e considerações, aprovaram:

1. convidar o Secretário de Saúde para a próxima reunião para esclarecimentos sobre a demanda de atendimento pelo Setor de Saúde para terceirizadas, que inclui atendimento psicológico;

2. recomendar que a Escola Judicial fique responsável por capitanear o projeto de rodas de letramento sobre diversidade com minutos de reflexão, com um tutor em cada Fórum;
   A Assessora da Escola Judicial sugeriu uma reunião prévia com a Dra. Eleonora Bordini Coca para a formatação do projeto.

3. recomendar que cada unidade tenha uma líder das terceirizadas para que apresente as demandas das terceirizadas para a Diretoria do Fórum.
   Especificamente às demandas das terceirizadas do Fórum de Jundiaí, encaminhar à Presidência do Tribunal para encaminhamento à Diretoria do respectivo Fórum.

Quanto às demandas da Oficina da Participação Feminina realizada em 16/5/2022, o Comitê deliberou que os seguintes assuntos também sejam apreciados na próxima reunião com a participação do Secretário de Saúde:

- rede de apoio, incluindo um canal de comunicação da administração com as terceirizadas, estagiárias e delas entre si, onde se possam tratar das dificuldades enfrentadas.
- estudo de implantação de grupo da Secretaria de Saúde com os Oficiais de Justiça, para o manejo do estresse e das dificuldades por eles enfrentados. Com referência a esse tema, definiu-se a proposição de grupo a ser criado pelo Sindiquinze.
- grupo terapêutico para mulheres, a cargo da área de psicologia da Secretaria de Saúde.

Quanto ao contato presencial dos oficiais onde o trabalho cooperativo seja propiciado, assim como a separação dos espaços entre Central de Mandados e Divisão de Execução, o Comitê

deliberou que essa questão foi prejudicada em razão da reestruturação das Centrais de Mandados e das Divisões de Execução.

Quanto ao canal de comunicação das terceirizadas com a Administração, fica abarcada pela recomendação de que em cada unidade as terceirizadas tenham uma líder.

Ficaram pendentes para a próxima reunião a questão do *chat* de magistradas e servidoras que trate da participação feminina e a questão das estagiárias.

Foi deliberado que no próximo semestre (agosto) a experiência será repetida no Fórum Trabalhista de Campinas, como parte do projeto-piloto.

7. Assuntos Gerais

A Exma. Desembargadora Luciane Storel informou que foi compartilhada com os membros do Comitê a ata da reunião do Grupo de Trabalho responsável pela Pesquisa e pela Campanha sobre o Burnout, realizada no último dia 7 de julho. Esclareceu que prefere que o Sérgio participe da próxima reunião do Comitê para que traga mais elementos sobre o projeto de credenciamento de psicólogos.

Antes do encerramento, a Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti, comunicou que foi protocolado no CSJT um pedido de providências para redistribuição de cargos vagos de outros Regionais para suprir o déficit do TRT-15, a exemplo do precedente da 22ª Região.

A Exma. Desembargadora destacou que essa ação atende a uma recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas.

Por fim, a Exma. Desembargadora Luciane Storel agradeceu a disponibilidade de todos e encerrou a reunião

APROVAÇÃO DA ATA	
Divulgada por e-mail em	04/08/2022
Considerada aprovada em	08/08/2022